



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

**Processo nº:** 11.937/16-e  
**Apenso nº:** 5.510/18-e  
**Jurisdicionada:** Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap  
**Assunto:** Auditoria de Regularidade  
**Órgão Técnico:** Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE  
**MPC:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA  
**Sessão:** Pauta nº 7, S.O. nº 5192, de 6.2.2020  
**Publicação:** DODF nº 24, de 4.2.2020, pág. 18  
**Ementa:** Auditoria realizada na Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap com objetivo de verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas relacionadas à gestão de pessoas, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos a área.

Elaboração de Relatório Prévio.

Encaminhamento dos trabalhos à jurisdicionada para conhecimento e manifestação (Despacho Singular nº 514/2016-GCPM). Remessa de esclarecimentos.

Elaboração do Relatório Final de Auditoria.

Irregularidade das despesas resultantes do pagamento de funções comissionadas e cargos em comissão realizadas após 2010, alerta ao Exmº. Sr. Chefe do Poder Executivo, audiência dos responsáveis que indica, determinações à Terracap, Codeplan, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Estado de Saúde do DF, Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF, Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do DF, Corregedoria-Geral do DF, bem como ao Comitê de Governança das Empresas Públicas acerca da dependência da Terracap em relação ao orçamento fiscal do GDF (Decisão nº 3.372/17-CPM).

Oposição de Embargos de Declaração pela Terracap, solicitação de cópia dos autos e de prorrogação de prazo para atendimento de diligência e apresentação de razões de justificativa.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

Provimento parcial dos embargos, sem efeitos infringentes, e concessão parcial dos demais pleitos (Decisão nº 4.541/17-CPM).

Interposição de Pedido de Reexame pelo Sr. Gírleno Marcelino da Rocha.

Conhecimento do apelo, no efeito suspensivo, e autuação de processo em apartado para analisar o mérito do recurso (Decisão nº 5.397/17-CPT).

Pronunciamento dos órgãos jurisdicionados em atenção à Decisão nº 3.372/17-CPM.

Cumprimento parcial da deliberação, autorização para realização de estudos especiais com a participação da Secretaria de Macroavaliação de Gestão Pública – SEMAG, determinações à Terracap, dentre outras medidas corretivas (Decisão nº 3.218/18-CPM). Envio de documentos.

Cumprimento parcial das diligências e novas determinações à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap (Decisão nº 2.073/19-CPM). Manifestação da jurisdicionada.

PARECERES CONVERGENTES: cumprimento parcial da Decisão nº 2.073/19-CPM e reiteração da diligência pendente à Terracap, com alerta.

VOTO de acordo com os Pareceres.

**Impedimento/Suspeição:** Conselheira ANILCÉIA MACHADO

### RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria realizada na Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap, com objetivo de verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas relacionadas à gestão de pessoas, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos a área.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

2. Finalizados os trabalhos, foram constatados os seguintes achados:

**QA 1:** Os acordos coletivos de trabalho - ACT foram aprovados/homologados pelo órgão competente do GDF e atenderam aos princípios da moralidade, razoabilidade, motivação, eficiência e interesse público?

**Achado:** O acordo coletivo de trabalho firmado pela Terracap, não atende a um ou mais dos seguintes princípios: da legalidade, da razoabilidade; do interesse público, da equidade, da finalidade, da eficiência, da economicidade e da motivação (item 2.1.1.1);

**QA 2:** Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Colegiada e os ocupantes de função de confiança ou emprego em comissão atendem aos critérios de investidura previstos no Estatuto Social e na LODF?

**Achado:** Inobservância aos procedimentos preconizados no Decreto nº 33.564/12 (item 2.2.1.1);

**QA 3:** Os pagamentos de parcelas de natureza remuneratória a empregados, conselheiros e dirigentes da empresa estão sendo realizados em conformidade com as normas de regência?

**Achado:** Ausência de ato formal aprovando as tabelas de remuneração e de quantificação de funções gratificadas e de empregos em comissão (item 2.3.1.1);

**Achado:** Pagamento de remuneração indevida a Diretores com vínculo com o serviço público (item 2.3.1.2);

**Achado:** Posicionamento do empregado de matrícula 2444 na carreira incompatível com o tempo de exercício no emprego (item 2.3.1.3);

**Achado:** Pagamento de ATS em percentual superior ao devido (item 2.3.1.4);



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

**Achado:** Aceitação para fins de progressão por merecimento de certificados de conclusão de cursos com incompatibilidade temporal, fora do prazo de apuração e com conteúdo dissociado da área de interesse (item 2.3.1.5);

**Achado:** Pagamento indevido ao empregado matrícula 2361, de parcela retroativa de progressão por merecimento (item 2.3.1.6);

**Achado:** Manutenção de Empregos em Comissão (EC 07 a 09) originários da Lei nº 2.583/2000, mesmo após trânsito em julgado de sentença judicial prolatada pelo STF declarando a nulidade do normativo (item 2.3.1.7);

**Achado:** Concentração em um único empregado do pagamento de ajuda de custo pela atribuição de executor de Contrato/Convênio ou membro de comissão/grupo de trabalho (item 2.3.1.8);

**Achado:** Condenações Judiciais por Desvio de Função de Empregados (item 2.3.1.9);

**QA 4:** Estão corretos os procedimentos adotados e os valores pagos (ou concedidos) a título de benefícios a empregados, conselheiros e dirigentes da empresa?

**Achado:** Percepção em duplicidade do auxílio-alimentação por empregados com outro vínculo com o serviço público (item 2.4.1.1);

**Achado:** Aquisição de cartão alimentação/refeição em quantidade superior à de beneficiários (item 2.4.1.2);

**Achado:** Percepção de Auxílio-Creche em duplicidade por empregados com outro vínculo com serviço público ou cujo cônjuge possuía vínculo com serviço público (item 2.4.1.3);

**Achado:** Inobservância aos princípios da finalidade, eficiência e do interesse público na pactuação do Programa de Participação nos Resultados (item 2.4.1.4);



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

**QA 5:** As cessões, requisições e disposição de empregados estão observando a legislação vigente?

**Achado:** Inobservância aos Normativos Internos Afetos à Cessão de Pessoal (item 2.5.1.1);

### **Outras impropriedades verificadas:**

**Achado:** Existência de dependência financeira da TERRACAP em relação ao Sócio Controlador (GDF) (item 2.6.1.1);

**Achado:** Inobservância à Lei de Acesso à Informação, no que tange às informações de pessoal (item 2.6.1.2).

3. A versão prévia do Relatório de Auditoria (e-doc 8140976D-e) foi encaminhada à jurisdição, em 25.11.2016, para conhecimento e manifestação (Despacho Singular nº 514/2016-GCPM, e-doc 0982A0AD-e).

4. Devidamente comunicada, a Terracap enviou o Ofício nº 0084/2017 – PRESI, acompanhado das informações prestadas pelas áreas técnicas da Empresa (e-doc B7D294A1-c).

5. Ato contínuo, foi elaborado o Relatório de Auditoria nº 07/2016 – Final (e-doc 43D7B4A1-e), apreciado na Sessão de 18.7.2017, ocasião em que a Corte exarou a Decisão nº 3.372/17-CPM (e-doc B12FA5A4-e), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 3.372/17 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, com fundamento diverso, decidiu: I – tomar conhecimento do Relatório de Auditoria (e-doc 43D7B4A1-e) e dos documentos juntados aos autos; II – **considerar irregulares as despesas** resultantes do pagamento de funções comissionadas e cargos em comissão realizadas após 2010, dada a inviabilidade de aferição de sua regularidade em razão da não apresentação, pela empresa, dos atos de criação contemplando os quantitativos e remunerações, devendo o fato ser levado em consideração por ocasião da apreciação das respectivas prestações de contas anuais (vide item 2.3.1.1 do Relatório de Auditoria); III – **determinar à Terracap que:** a) observe fielmente os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como os requisitos mencionados no inciso I*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

da Decisão TCDF nº 5.537/06, por ocasião da pactuação de ACT, deixando consignadas em processo as razões de decidir, incluindo estudos que demonstrem que a aplicação do Acordo Coletivo não acarretará desequilíbrio orçamentário, econômico e, especialmente, financeiro da empresa (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); **b)** promova, em relação à todos os ocupantes de cargos e funções na empresa, a aferição preconizada pelo Decreto nº 33.564/12, adotando tal procedimento como rotina de trabalho a ser observada a cada ocorrência prevista no § 1º do art. 1º da citada norma (vide item 2.2.1.1 do Relatório de Auditoria); **c)** adote providências necessárias à expedição de ato fixando os quantitativos e os valores das funções gratificadas e dos cargos comissionados existentes na empresa, observadas as normas de regência (vide item 2.3.1.1 do Relatório de Auditoria); **d)** expeça ato aprovando tabela consolidada a cada alteração promovida nos quadros de funções e empregos em comissão, de modo a evitar a perda de memória institucional e eventual prática de ato sem a respectiva regulamentação (vide item 2.3.1.1 do Relatório de Auditoria); **e)** aplique de imediato a regra inserta no item 3 da E.M. 001/90, objeto de aprovação da 78ª AGE [aplicação do percentual de 20% a título de opção, para os diretores com vínculos com o serviço público], até que a Assembleia Geral de Acionistas delibere em sentido contrário, tendo em vista que o CONAD não possui competência legal para regulamentar a remuneração de Diretores, como o fez por ocasião da Decisão nº 24/11 (vide item 2.3.1.2 do Relatório de Auditoria); **f)** adote, em face da alínea anterior, providências no sentido de buscar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, com observância do direito ao contraditório e à ampla defesa dos agentes alcançados, caso tais dispêndios não venham a ser convalidados pela Assembleia de Acionistas (vide item 2.3.1.2 do Relatório de Auditoria); **g)** proceda ao reenquadramento do empregado Matrícula 2444 na tabela especial para os advogados, levando em consideração, exclusivamente, o seu tempo de serviço como Advogado e, por conseguinte, adote providências visando ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, sem prejuízo de garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa (vide item 2.3.1.3 do Relatório de Auditoria); **h)** proceda à imediata regularização dos cálculos do ATS dos empregados de Matrícula 931, 1125 e 2153, a contar de janeiro/2014, outubro/2014 e novembro/2013, respectivamente, tendo em vista os afastamentos decorrentes de invalidez temporária e licença sem vencimento, observando a necessária restituição dos valores pagos indevidamente e o indispensável direito de defesa dos empregados mencionados (vide item 2.3.1.4 do Relatório de Auditoria); **i)** realize a revisão dos certificados de cursos apresentados para fins de progressão funcional, efetuando, caso necessários, os ajustes no enquadramento dos empregados na estrutura remuneratória da entidade e a consequente devolução dos valores percebidos indevidamente, inclusive nas progressões funcionais ou adicional de merecimento sênior, observado o direito de defesa (vide item 2.3.1.5 do Relatório de Auditoria); **j)**





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*estabelecer em normas internas controles e critérios razoáveis para avaliação e aceitação de certificados de cursos, como exemplo os estabelecidos na Resolução TCDF nº 242/12 (vide item 2.3.1.5 do Relatório de Auditoria); **k**) em face da natureza erga omnes e o efeito vinculante da deliberação proferida pelo e. STF no RE 376.440, implemente a extinção dos empregos em comissão – EC 07, 08 e 09, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 2.583/00 pela Corte Suprema (vide item 2.3.1.7 do Relatório de Auditoria); **l**) redistribua as atribuições de executor de contratos/convênios hoje concentradas no empregado de Matrícula 2531, bem como adote medidas administrativas para evitar a indicação de empregados para fiscalizar mais de 3 contratos/ajustes de forma simultânea, sob pena de enfraquecer os controles internos da Companhia (vide item 2.3.1.8 do Relatório de Auditoria); **m**) observe a existência de correlação entre o objeto do contrato/convênio com as atribuições previstas para o cargo do empregado (vide item 2.3.1.8 do Relatório de Auditoria); **n**) instaure tomada de contas especial para apuração de responsabilidade e imputação de débito, em face das despesas resultantes de condenações judiciais em reclamações trabalhistas instauradas para avaliar desvio de função de empregados, objeto das seguintes Ações: 0784-68.2013.5.10.017, 06983-78.2013.5.10.016 e 0301-56.2013.5.10.011 (vide item 2.3.1.9 do Relatório de Auditoria); **o**) aloque os empregados da entidade segundo as atribuições, responsabilidades e requisitos previstos no Plano de Empregos, Carreiras e Salários - PECS, de forma a evitar a ocorrência de desvio de função (vide item 2.3.1.9 do Relatório de Auditoria); **p**) apure a ocorrência de possível falta funcional praticada pelo empregado Matrícula 2645, resultante da percepção cumulativa do auxílio alimentação, e dos de Matrículas 2665, 2645, 2022, 1789, 2153 e 2371, relativamente à percepção cumulativa de auxílio-creche, inclusive levando em conta o recebimento pelo cônjuge do empregado, com benefícios similares concedidos por outros órgãos/entidades do Distrito Federal, em face dos termos de opção assinados, assegurando aos empregados o pleno exercício do direito ao contraditório e à ampla de defesa (vide itens 2.4.1.1 e 2.4.1.3 do Relatório de Auditoria); **q**) inclua na rotina de trabalho da GEREH a exigência de declaração oficial acerca dos benefícios concedidos a empregados cedidos, requisitados ou que declarem outro vínculo público (vide itens 2.4.1.1 e 2.4.1.3 do Relatório de Auditoria); **r**) apure a origem das diferenças apontadas no item 2.4.1.2, alusivas à aquisição de vales-alimentação/refeição, bem como adote rotinas administrativas para conciliação e compensação tempestiva dos valores devidos ao fornecedor (vide item 2.4.1.2 do Relatório de Auditoria); **s**) avalie a pertinência de adotar norma semelhante à prevista no § 2º, art. 155 da Lei Complementar nº 840/11 (vide item 2.5 do Relatório de Auditoria); **t**) adote providências no sentido de regularizar as cessões dos empregados Matrículas 24538 e 8613, de forma a sanear os vícios apontados (vide item 2.5.1.1 do Relatório de Auditoria); **u**) faça constar dos processos de cessão de empregados as razões de fato*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

e de direito que motivam a autorização de afastamento do empregado, bem como inclua no ato autorizativo a indicação expressa dos dispositivos legais e regulamentares que fundamentam a decisão (vide item 2.5.1.1 do Relatório de Auditoria); **IV – determinar ao Comitê de Governança das Empresas Públicas que, no prazo de 90 (noventa) dias, manifeste-se oficialmente quanto à dependência da Terracap em relação ao orçamento fiscal do Governo do Distrito Federal, em consonância com o art. 11, inciso II, alínea “e”, do Decreto nº 36.240/15; V – alertar o Sr. Chefe do Poder Executivo quanto à necessidade da adoção das seguintes medidas afetas à Gestão de Pessoal:** a) normatizar, em caráter urgente, a participação dos empregados das estatais do Distrito Federal nos resultados e lucros dessas empresas, a teor do disposto no art. 5º da Lei Federal nº 10.101/00, c/c o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); b) tornar públicas as políticas/diretrizes afetas à gestão de pessoal, visando balizar os processos de negociação trabalhista no âmbito das estatais, com vistas a evitar a ocorrência de celebração de cláusulas contendo conteúdo atentatório aos princípios insculpidos nos arts. 37 da Constituição Federal e 19 da LODF, bem ainda tratamentos díspares na concessão de benefícios com natureza/características assemelhadas entre as entidades distritais, observando os aspectos econômicos e financeiros, o ambiente concorrencial, além das características próprias afetas a área de atuação de cada estatal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); c) apreciar, por meio do Comitê de Governança das Empresas Públicas, o mérito das propostas de Acordos Coletivos de Trabalho - ACT das empresas controladas pelo DF, nos termos preconizados no art. 11, incisos VI e VII, do Decreto nº 36.240/15 (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); d) orientar o seu representante nas Assembleias de acionistas das estatais a consignarem em ata ou no estatuto social orientação no sentido de observar os termos do Decreto nº 33.564/12, em face do disposto no art. 19, § 8º da LODF (vide item 2.2.1.1 do Relatório de Auditoria); **VI – autorizar a audiência, para fins de apresentação de razões de justificativas, conforme consignado na Matriz de Responsabilização (e-doc DB8B5AFD): a) dos signatários do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2013/15 e da Decisão DIREC nº 476/15, que aprovou o ACT 2015/2016, todos identificados no § 138 do Relatório de Auditoria, à vista do disposto no art. 57, incisos II e III da Lei Complementar nº 1/94, e de possíveis reflexos no julgamento das contas anuais, por possíveis práticas atentatórias aos princípios preconizados no art. 37 da Constituição Federal e no art. 19 da LODF, em particular os da legalidade, eficiência, razoabilidade, motivação e interesse público, bem como por atos antieconômicos (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); b) dos signatários da Decisão DIREC nº 777/14, identificados no § 313 do Relatório de Auditoria, ante a possibilidade de aplicação de multa, a teor do disposto no art. 57, inciso II da Lei Complementar nº 1/94, uma vez que a aludida decisão foi prolatada em flagrante inobservância ao princípio**





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*constitucional da impessoalidade; c) do ex-Presidente da Terracap, Sr. Alexandre Navarro Garcia, do atual, Sr. Julio Cesar de Azevedo Reis, e do Diretor de Gestão Administrativa e de Pessoas, Sr. Gustavo Adolfo Moreira Marques, tendo em conta a possibilidade de aplicação da sanção estabelecida no art. 57, inciso II da Lei Complementar nº 1/94, bem como da eventual repercussão das irregularidades identificadas no julgamento das contas anuais da entidade, em face da manutenção no quadro de pessoal da Companhia dos EC 07 a 09, em que pese deliberação do e. STF declarando a inconstitucionalidade da lei que fundamentou a criação de tais empregos em comissão (vide item 2.3.1.7 do Relatório de Auditoria); d) dos signatários das Decisões DIREC nºs 1601/10 (vide e-doc B1C9EAAD – PPR2011); 1531/11 (vide e-doc 035D4AF4 – PPR 2012); 05/13 (vide e-doc B1A7D12F – PPR2013); 94/14 (vide e-doc 171807CA – PPR2014) e 37/15 (vide e-doc 1886F56A – PPR2015), identificados no § 560 do Relatório de Auditoria, à vista do disposto no art. 57, incisos II e III da Lei Complementar nº 1/94 e possíveis reflexos no julgamento das contas anuais, por inobservância aos princípios da finalidade, do interesse público e da eficiência e, ainda, por prática de ato de gestão antieconômico, à vista do impacto pouco significativo dos resultados dos Planos de Participação nos Resultados - PPR nos objetivos estratégicos da empresa, bem como das falhas apontadas nos autos em exame (vide item 2.4.1.4 do Relatório de Auditoria);*

**VII – determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à Terracap que solicitem manifestação dos servidores de Matrículas 1276387 e 14421763 quanto à opção relativa à benefício percebido concomitantemente no período de julho/2011 a julho/2012 (Matrícula 2645) e maio/2015 a abril/2016 (Matrícula 2505), sem prejuízo das medidas legais e administrativas cabíveis para restituição do valor pago indevidamente e para responsabilização pela declaração contida no Termo de Opção por eles assinados na citada empresa estatal, observado o direito de defesa (vide item 2.4.1.1 do Relatório de Auditoria);**

**VIII – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, à Controladoria-Geral do Distrito Federal, à Codeplan e à Terracap, conforme o caso, que adotem providências tendentes ao ressarcimento de valores pagos em duplicidade a título de auxílio-creche aos servidores identificados na Tabela 9 e na Tabela 10 do Relatório de Auditoria, sem prejuízo das medidas legais e administrativas cabíveis, observado o direito de defesa (vide item 2.4.1.3 do Relatório de Auditoria);**

**IX – determinar à Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que adotem, se ainda não o fizeram, providências tendentes à quitação dos valores pendentes de pagamento referentes à cessão, pela Terracap, dos empregados de Matrícula 21296 e 28683 (vide item 2.5 do Relatório de Auditoria);**

**X – determinar a todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal que publiquem de**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*forma individualizada, juntamente com as informações alusivas à remuneração de seus servidores/empregados, os benefícios por eles recebidos (vide itens 2.4.1.1 e 2.4.1.3 do Relatório de Auditoria); XI – dar conhecimento à Secretaria de Contas dos fatos tratados nos autos em exame, ante a possibilidade de influenciar no julgamento das contas dos gestores da Terracap (vide itens 2.2.1.1, 2.3.1.1, 2.3.1.7 e 2.4.1.4); XII – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins. A Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, por força do art. 150 do RI/TCDF, deixou de presidir a sessão durante o julgamento deste processo.*

*Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausentes os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE e PAULO TADEU.”*

6. Na sequência, a Terracap opôs Embargos de Declaração (e-doc 88DBFBCB-c), enquanto diversos interessados solicitaram cópia do processo e interpuseram pedidos de prorrogação de prazo para o atendimento do **decisum** (e-docs 64B07E29-c, F587BF7A-c, 7A7917A8-c, 6F307D5D-c, 45B132E6-c, 3C3FD4BC-c, 4605AF1F-c, 7C3EB730-c, 473F1C58-c, ECA00E42-c e 35864D4F-c).

7. Na Sessão Ordinária de 19.9.2017, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, **deu provimento parcial aos Embargos**, sem conceder-lhes efeitos infringentes, para esclarecer à Terracap que os estudos de que trata o inciso III, alínea “a”, da Decisão nº 3.372/17-CPM não devem considerar apenas a potencialidade de desequilíbrio decorrente da implementação dos acordos coletivos, contemplando, adicionalmente, as seguintes variáveis, sem prejuízo de outras que vierem a ser acrescidas pela jurisdição: situações patrimonial, orçamentária e financeira, atual e futura, da companhia; compromissos financeiros assumidos; planos de negócios e de investimentos; e variáveis econômicas aplicáveis. Outrossim, deferiu os pedidos de cópia e de dilação de prazo (Decisão nº 4.541/17-CPM, e-doc 1531CC31-e).

8. Irresignado com o teor da Decisão nº 3.372/17-CPM, o Sr. Gírleno Marcelino da Rocha, empregado da jurisdição, interpôs Pedido de Reexame com vistas a reformar o inciso III, alínea “g”, do **decisum**, o qual foi conhecido, no efeito suspensivo, por meio da Decisão nº 5.397/17-CPT<sup>1</sup> (e-

---

<sup>1</sup> A título de esclarecimento, destaca-se que a análise de mérito do referido recurso pelo Relator Recursal será realizada em autos apartados (Processo nº 5.510/18).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

doc 04F04F46-e).

9. Ainda em atenção à referida deliberação, as jurisdicionadas manifestaram-se por meio dos Ofícios nºs 614/2017-GAB/SEAGRI-DF (e-doc 6ED8EDA1-c); SEI-GDF nº 37/2017-CGDF/SUBGI (e-doc 2EC38C9D-c); SEI-GDF nº 117/2017-SEPLAG/GAB (e-doc ED50CBAF-c); SEI-GDF nº 24/2017-CODEPLAN/PRESI/GAB (e-doc 3ADF7C6F-c); SEI-GDF nº 109/2017-CGDF/GAB (e-doc 316E7538-c); SEI-GDF nº 2/2017-CGDF/GAB/CGA (e-doc 1D47812C-c); SEI-GDF nº 237/2017-SINESP/GAB/ASSESP (e-doc A0BE7A80-c); 766/2017-GAB/RA XII (e-doc 384789A7-c); SEI-GDF nº 930/2017-SES/GAB (e-doc 95761FB9-c); SEI-GDF nº 928/2017-SES/GAB (e-doc 8EA3F996-c); SEI-GDF nº 981/2017-SES/GAB (e-doc CDF7EC9D-c e anexo constante do e-doc C20725BF-c; SEI-GDF nº 99/2017-TERRACAP/PRESI/COINT (e-doc 68A9BDA5-c e anexos constantes do e-doc B86D895E-c); 676/2017-GAB/SETUL (e-doc 4F277491-c); SEI-GDF nº 1586/2017-SES/GAB (e-doc EC9B7323-c); SEI-GDF nº 18/2018-TERRACAP/PRESI/COINT (e-doc 043828B4-c e anexos constantes dos e-docs C5776C4B-c e A15B7DBF-c; SEI-GDF nº 1620/2017-SEPLAG/GAB (e-doc 4C020B81-c e anexos constantes dos e-docs E2F452C4-c e 3E8256D7-c.

10. As respostas foram examinadas na Sessão de 28.6.2018. Naquela assentada, o Tribunal proferiu a Decisão nº 3.218/18-CPM (e-doc 55B78DBD-e), com o seguinte teor:

**DECISÃO Nº 3.218/18 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento dos Ofícios nºs 614/2017 – GAB/SEAGRI-DF (e-doc 6ED8EDA1-c); SEI-GDF 37/2017–CGDF/SUBGI (e-doc 2EC38C9D-c); SEI-GDF 117/2017–SEPLAG/GAB (e-doc ED50CBAF-c); SEI-GDF 24/2017–CODEPLAN/PRESI/GAB (e-doc 3ADF7C6F-c); SEI-GDF 109/2017 –CGDF/GAB (e-doc 316E7538-c); SEI-GDF 2/2017 – CGDF/GAB/CGA (e-doc 1D47812C-c); SEI-GDF 237/2017 – SINESP/GAB/ASSESP (e-doc A0BE7A80-c); 766/2017 – GAB/RA XII (e-doc 384789A7-c); SEI-GDF 930/2017 – SES/GAB (e-doc 95761FB9-c); SEI-GDF 928/2017 – SES/GAB (e-doc 8EA3F996-c); SEI-GDF 981/2017 – SES/GAB (e-doc CDF7EC9Dc) e anexo constante do e-doc C20725BF-c; SEI-GDF 99/2017 – TERRACAP/PRESI/COINT (e-doc 68A9BDA5-c) e anexos constantes do e-doc B86D895E-c; 676/2017-GAB/SETUL (e-doc 4F277491-c); SEI-GDF 1586/2017 – SES/GAB (e-doc EC9B7323-c); SEI-GDF 18/2018 - TERRACAP/PRESI/COINT (e-doc 043828B4-c) e anexos constantes dos e-docs C5776C4B-c e A15B7DBF-c; SEI-GDF 1620/2017 – SEPLAG/GAB (e-doc 4C020B81-c) e anexos constantes dos e-docs E2F452C4-c e 3E8256D7-c; II. considerar, no tocante às determinações exaradas*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

por meio da Decisão nº 3.372/17: a) cumprido o inciso III, alíneas "c", "d", "e", "p" e "q", e os incisos IV, VII, VIII; b) cumprido, em relação à Secretaria de Estado de Saúde, o inciso IX; c) parcialmente cumprido o inciso III, alíneas "a" e "r"; d) não cumprido o inciso III, alínea "f", "i" e "k", e o inciso X; III. alertar a Terracap: a) de que aferição da adequação e a efetividade das medidas adotadas pela empresa, em cumprimento ao inciso III, alíneas "b", "d", "h", "j", "l", "m", "n", "o", "q", "s", "t" e "u", pode ser objeto de futuro processo de controle externo instaurado nesta Corte de Contas; b) quanto à necessidade de atualização de débitos relacionados a pagamentos indevidos realizados pela entidade até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01; IV. alertar a Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal quanto ao necessário cumprimento do inciso IX da Decisão nº 3.372/17, devendo as providências serem avaliadas em futura auditoria; V. **autorizar a realização de estudos especiais para avaliação da dependência financeira da Terracap em relação ao GDF, levando em conta as premissas indicadas no Relatório Final de Auditoria exarado nos autos em exame;** VI. **determinar à Terracap que:** a) adote providências para exato cumprimento da lei com o objetivo de: 1) implementar, em face da natureza "erga omnes" e do efeito vinculante da deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal – STF no RE 376.440, a extinção dos empregos em comissão – EC 07, 08e 09, bem como dos demais cargos alcançados pela declaração de nulidade, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº2.583/00 pelo STF (vide item 2.3.1.7 do Relatório de Auditoria); 2) realizar o enquadramento dos empregados na estrutura remuneratória da entidade e a consequente devolução dos valores percebidos indevidamente, inclusive nas progressões funcionais ou adicional, levando em conta a apresentação de certificados de capacitação incompatíveis com o postulado da boa-fé objetiva, obedecido o devido processo legal; b) instaure: 1) tomada de contas especial para apurar a responsabilidade e a imputação de débito: 1.1) em relação aos pagamentos amparados exclusivamente na Decisão nº 24/11 do CONAD, dada a incompetência do colegiado para regulamentar a remuneração dos Diretores da Companhia; 1.2) em face das despesas resultantes de condenações judiciais em reclamações trabalhistas instauradas para avaliar desvio de função de empregados objeto das seguintes ações: 0784-68.2013.5.10.017, 06983- 78.2013.5.10.016 e 0301-56.2013.5.10.011; 1.3) ante as diferenças apontadas no item 2.4.1.2, alusivas à aquisição de vales alimentação/refeição; 2) procedimento correicional para avaliação de eventual leniência dos advogados da entidade, em face da ausência de contestação na demanda trabalhista nº 1115-11.2017.5.10.0017, intentada pela Associação dos Advogados da Terracap – ADTER, encaminhando a esta Corte as conclusões alcançadas no referido procedimento administrativo; VII – dar conhecimento ao Sr. Chefe do Poder Executivo acerca da não identificação por este Tribunal de evidências que denotem a adoção das providências mencionadas





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*no inciso V, alíneas “a”, “b” e “d”, da Decisão nº 3.372/17; VIII – determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, à Controladoria-Geral do Distrito Federal, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, à esta Corte de Contas, à Terracap, ao BRB, à CEB e à CAESB que, no prazo de 90 (noventa) dias, dê fiel cumprimento ao inciso X da Decisão nº 3.372/17; IX – autorizar: a) a avaliação do cumprimento do inciso III, alíneas “a” e “g” da Decisão nº 3.372/17, após a apreciação do mérito, respectivamente, das razões de justificativa referidas no inciso VI, alínea “a”, da citada decisão (Processo nº 6.983/18) e do recurso objeto do Processo nº 5.510/18; b) a remessa de cópia da Informação constante do edoc C089D8BF-e, do Parecer nº 375/18-ML (e-doc F896A218-e), do relatório/voto do Relator e desta decisão à Terracap, bem como aos jurisdicionados indicados no inciso VIII, para melhor compreensão da matéria; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das providências devidas. A Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, por força do art. 150 do RI/TCDF, deixou de presidir a sessão durante o julgamento deste processo.*

*Presidiu a sessão o Vice-Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE.” (grifei)*

11. Visando cumprir o decidido, a Secretaria de Estado de Esportes, Turismo e Lazer do DF<sup>2</sup>, a Terracap e o Gabinete do Governador apresentaram os esclarecimentos constantes dos e-docs 4DE31B3B-c e 9846D553-c, 45C30961-c e 6EFC8961-c).

12. Lado outro, em atenção ao inciso VIII, pronunciaram-se a Companhia Energética de Brasília - CEB (e-doc E238B39C-c), a Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB (e-doc AD973A51-c), a Agência de Desenvolvimento do DF - Terracap (e-doc 45C30961-c), o Banco de Brasília - BRB (e-doc FAA6C6F7-c), a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG<sup>3</sup> (e-doc B4B02291-c) e a Controladoria Geral do DF - CGDF (e-doc EA7D2C7A-c).

13. A Câmara Legislativa do DF manteve-se silente.

14. As respostas foram examinadas na Sessão de 13.6.2019,

<sup>2</sup> Atual Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF (Decreto nº 39.610/2019).

<sup>3</sup> Passou a integrar a estrutura da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF (Decreto nº 39.610/2019).





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

ocasião em que o Tribunal exarou a Decisão nº 2.073/19-CPM (e-doc 9940E657-e), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 2.073/19 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos e-docs 6EFC8961-c, 45C30961-c, 4DE31B3B-c, B4B02291-c, FAA6C6F7-c, AD973A51-c, 9846D553-c, E238B39C-c e 2AF057D2-c); II – considerar: a) cumprido o inciso IX da Decisão nº 3.372/17; b) parcialmente cumpridos os incisos VI e VIII da Decisão nº 3.218/18; III – **determinar à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap que, em 60 (sessenta) dias: a) informe o Tribunal sobre o resultado das tomadas de contas especiais instauradas em atenção ao inciso VI, alínea “b”, item 1, da Decisão nº 3.218/18, sem olvidar do que dispõe o art. 188, § 3º, do RI/TCDF, além de encaminhar à Corte, em igual prazo, o relatório conclusivo do processo instaurado em atendimento ao inciso VI, alínea “b”, item 2 do mesma decisão (0011100014921/2017-02), tendo em conta o aparente conflito de interesses na lide de que se trata; b) proceda, em cumprimento ao inciso III, alínea “g”, da Decisão nº 3.372/17, combinado com o inciso I da Decisão nº 4.118/18, se ainda não o fez, ao reenquadramento do empregado matrícula 2.444 na tabela especial para advogados, levando em consideração exclusivamente, seu tempo de serviço como advogado e, por conseguinte, adote providências visando ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente após a data do conhecimento da referida Decisão nº 3.372/17; c) apresente, em relação aos empregados de matrícula 853 e 521-5, documentação pertinente à transposição de carreira de nível médio para nível superior (aqui referida qualquer alteração de carreira que não tenha decorrido da admissão por concurso público), ou se for o caso, declaração de que tal situação não teria ocorrido; IV – autorizar: a) a avaliação em futuras auditorias da efetividade das providências noticiadas pela Terracap em atendimento ao inciso VI, alínea “a”, da Decisão nº 3.218/18, e pela Controladoria Geral do Distrito Federal, no que se refere ao inciso X da Decisão nº 3.372/17; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das devidas providências. A Senhora Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, por força do art. 150 do RI/TCDF, deixou de presidir a sessão durante o julgamento deste processo.***

*Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro MÁRCIO MICHEL. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.” (grifei)*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

15. Ato contínuo, a Agência de Desenvolvimento do DF – Terracap encaminhou ao Tribunal o Ofício SEI-GDF nº 211/2019-TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER, acompanhado de documentos anexos (e-doc 5F1B56CB-c).

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTÓRIO

16. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 39/2019-DIFIPE, de 2.10.2019 (e-doc 7C47EEAA -e), analisa a matéria nos termos seguintes:

#### ***“1 Alínea “a” da Decisão 2073/2019***

*4. Em relação ao contido na parte inicial da alínea “a” da Decisão acima transcrita, a Terracap informou que foram instauradas duas TCE e três “Procedimentos preliminares”, bem como encaminhou o Relatório requerido em sua parte final. Os resultados das medidas elencadas são detalhados na sequência deste tópico.*

#### ***1.1 Item VI, “b”, “1.1”, da Decisão 3218/2018***

*5. No que tange a TCE requerida pela Decisão 3218/2018, item VI, “b”, “1.1” - “pagamentos amparados exclusivamente na Decisão nº 24/11 do CONAD, dada a incompetência do colegiado para regulamentar a remuneração dos Diretores da Companhia”, a Terracap a instaurou, Processo 00111-00007426/2018-10, tendo a Comissão concluído<sup>2</sup>, verbis:*

*“Depois do pronunciamento exarado pela PGDF no sentido que a Decisão nº 24/11 foi convalidada tacitamente, a Comissão Tomadora emitiu o Relatório sugerindo o arquivamento, descrevendo não houve prejuízo na percepção dos valores, razão pela qual se depreende que o encerramento se deu com base no inciso III do Art. 13 da Resolução nº 102/98-TCDF.*

*Ainda, o Presidente desta Companhia se manifestou acerca da conclusão apresentada, o que pode suprir a exigência do pronunciamento do dirigente imposto pelo Art. 32, XIII da citada Resolução.*

*Desse modo, considerando o exposto no parágrafo segundo do Art. 56 da Instrução Normativa nº 04/2016-CGDF (encerramento por ausência de prejuízo em tomada de contas especial instaurada por decisão do TCDF), faz-se necessário o envio a controladoria-Geral do DF para emissão*

---

<sup>2</sup> Vide páginas 32, 33 a 40, do e-doc 5F1B56CB.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*do Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria, conforme preceituam os incisos XIV e XV do Art. 32 da Resolução em comento, antes do envio ao Tribunal de Contas do OF para julgamento.*

*Registro, ainda, que quando os autos forem encaminhados a Controladoria Geral do DF o TCDF deverá ser oficiado para acompanhamento do prazo e demais providências.*

*Ante o exposto, s.m.j., sugiro o envio a Controladoria-Geral do DF para emissão do Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria, conforme preceituam os incisos XIV e XV do Art. 39 da Resolução em comento, bem como oficial ao TCDF acerca do encerramento dos trabalhos no âmbito desta Companhia."*

*6. Em face da conclusão antes transcrita a TCE foi encaminhada com proposição pelo arquivamento, tendo o Relatório Final sido enviado ao Tribunal por meio do Ofício nº 5/2019-Terracap/Presi/Coint/Dicor. O processo de TCE encontra-se na CGDF, consoante consulta pública ao SEI. No âmbito do TCDF o tema é objeto do Processo 14654/2019, autuado pela SECONT.*

*7. Sobre a conclusão acima, releva notar que o Tribunal ao apreciar o cumprimento do item III, "f" da Decisão nº 3372/2017 e acolher o voto do Relator (5470CE1E), que por seu turno acompanhou as ponderações proferidas pelo MPC por meio do Parecer 375/2018-ML (F896A218<sup>3</sup>) e, neste particular, as do órgão instrutivo, NÃO validou a tese sustentada pela Terracap de que os pagamentos realizados anteriormente à deliberação da 187ª AGE, com base na Decisão nº 24/2011-CONAD, teriam sido convalidadas pela referida AGE. Não por outro motivo a Corte de Contas determinou a instauração da TCE ora em comento.*

*8. De toda forma, a apreciação aqui proferida sobre a conclusão alcançada pela Comissão responsável pela TCE, tem o caráter meramente informativo, posto que o referido resultado deverá ser formalmente comunicado ao Tribunal, para posterior análise e providência da alçada da Secretaria de Contas, com vistas à deliberação do e. Plenário, no bojo do referido Processo TCDF 14654/2019, pelo que se tem por desnecessário que o tema seja objeto de acompanhamento futuro nestes autos.*

### **1.2 Item VI, "b", "1.2", da Decisão 3218/2018**

*9. Em relação a TCE requerida pela Decisão 3218/2018, item VI, "b", 1.2 – "em face das despesas resultantes de condenações judiciais em reclamações trabalhistas instauradas para avaliar desvio de função de empregados objeto das seguintes ações: 0784-68.2013.5.10.017, 0693-78.2013.5.10.016 e 0301-56.2013.5.10.011", a empresa informou que "Foram abertos três*

---

<sup>3</sup> Vide §§ 29 a 36 do Parecer.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*procedimentos preliminares para apuração dos fatos (00111-00014654/2017-65, 00111- 00014651/2017-21 e 00111-00016602/2017-23)<sup>4</sup>.*

10. As conclusões alcançadas nos três “procedimentos preliminares” foi que “... até o momento, não se evidencia conduta ou desvio funcional de empregado que tivesse o nítido condão de proporcionar o exercício de atividade incompatível com cargo com o consequente desvio funcional” e “...em relação ao prejuízo não é possível atribuir a responsabilidade a empregado ou imputar o débito a empregado..., sem prejuízo de reavaliação deste posicionamento caso surjam fatos novos”, e contaram com a concordância da Presidência da estatal, que autorizou o arquivamento dos feitos sem a instauração da TCE determinada pelo Tribunal.

11. Os posicionamentos antes referidos, da lavra do Chefe da Divisão de Corregedoria, tiveram por base, essencialmente os seguintes pontos:

- “as atividades reputadas com causadoras do desvio são a redação de cartas, de despachos, de memorandos e a análise de processos, ou seja, atividades triviais de nenhuma ou baixíssima complexidade, mas que para o Poder Judiciário Trabalhista, dada a descrição dos cargos são suficientes para caracterização da situação de desvio” (processo Terracap 00111-00014654/2017-65 e Judicial 0784-68.2013.5.10.017);
- a decisão Judicial baseou-se “... apenas em provas documentais tais como o Plano de Cargo e Salários e a descrição das atribuições dos cargos” (00111-00014651/2017-21 e 0693-78.2013.5.10.016);
- “as atividades reputadas como causadoras do desvio são exames de escrituras, inserção de dados em sistema computadorizado, controle de” prazos, e cadastramento de pedidos de clientes, ou seja, atividades triviais de nenhuma ou baixíssima complexidade, mas que para o Poder Judiciário Trabalhista, dada a descrição dos cargos são suficientes para caracterização da situação de desvio” (00111-00016602/2017-23 e 0301-56.2013.5.10.011”)

12. Outro apontamento contido nas peças em apreciação é a informação de que a empresa Quântica, contratada para reavaliar o PCCS da empresa, “...fez algumas constatações como no caso dos cargos de Auxiliar de Administração [cargo ocupado pelos três empregados que demandaram judicialmente a Terracap], Assistente Administrativo e Técnico Administrativo não apresentavam diferenças nas tarefas desempenhadas, demandando ajustes na acomodação desses cargos de forma mais

---

<sup>4</sup> Vide páginas 33, 34, 41 a 97, do e-doc 5F1B56CB.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*homogênea, nas classes salariais da tabela” e que “a escolaridade, requisito/critério de maior peso entre os adotados impediu que o cargo de auxiliar de administração acompanhasse os outros dois”, dada sua exigência de ensino fundamental completo, enquanto os dois outros cargos o nível de exigência é o ensino médio completo.*

*13. As peças produzidas pelo Chefe da Divisão de Corregedoria da Terracap, e trazidas ao conhecimento da Corte de Contas, constituem, a teor de seus conteúdos, em “SÍNTESE PROCESSUAL”, sem maiores avaliações quanto ao mérito dos temas, para concluir pela inexistência de prejuízo ou de responsabilidade.*

*14. Sobre as peças antes referidas, cumpre salientar o fato de as mesmas não deixarem claro se as várias designações dos empregados para comporem comissões ou grupos de trabalho deram origem a nomeação do empregado para ocupar emprego em comissão ou função gratificada, com atribuições compatíveis, ou, se os empregados quando designados ocupavam postos como os antes referidos. Isso porque, se tal não ocorreu, restaria caracterizada, em cada uma das várias designações, a ocorrência de desvios de função, vez que as atribuições e responsabilidades inerentes a várias delas são claramente incompatíveis com a exigência de cargo de nível fundamental.*

*15. Neste sentido, cita-se como exemplo as seguintes designações:*

*• processo Terracap 00111-00014654/2017-65 e Judicial 0784- 68.2013.5.10.017:*

- “compôr Grupo de Trabalho para elaborar e acompanhar o Programa de Participação nos Resultados...”;*
- “constituir Comissão Permanente de Licitação para Venda de Imóveis, para na condição de coordenador, secretariar a execução dos trabalhos técnicos-administrativos”;*
- “compôr Grupo de Trabalho, na função de secretário, ...”;*
- “compôr Grupo de Trabalho, com a finalidade de elaborar cálculos judiciais e/ou rescisões amigáveis, que envolvam indenização de benfeitorias, reclamações trabalhistas, correção de valores, divergências nos refinanciamentos das vendas de imóveis e outros que necessitem de dispêndios ou recebimentos de recursos financeiros da Terracap”;*
- “constituir Comissão Permanente de Licitação...”;*
- “constituir Comissão Permanente de Licitação para*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

- Venda de Imóveis, como colaborador para executar serviços de transcrição de dados da licitação”;*
- *“constituir Comissão de Tomada de Contas Especial ...”;*
  - *“constituir Comissão de Sindicância para averiguar o paradeiro do processo...”;*
  - *“Secretariar Comissão instituída...”;*
  - *“compor Comissão Conjunta e elaborar regramento normativo complementar, objetivando a regularização das terras rurais...”;*
  - *“presidir Comissão de Reconhecimento do Direito de Preferência/CRDP”;*
  - *“compor Grupo de Trabalho com objetivo de elaborar norma interna referente ao processo de licitação, pregão e adesão à ata de registro de preços”;*
  - *“compor Grupo de Trabalho para elaborar e acompanhar o Programa de Participação nos Resultados 2010”;*
- *Processo Terracap 00111-00014651/2017-21 e Judicial 0693- 78.2013.5.10.016:*
    - *“compor Grupo de Trabalho criado com a finalidade de levantar a documentação e elaborar a prestação de contas relativa ao convênio...”;*
    - *“compor Comissão de Sindicância Permanente...;*
  - *Processo Terracap 00111-00016602/2017-23 e Judicial 0301- 56.2013.5.10.011*
    - *“compor Comissão para levantamento de Saldo Bancário e Inventário do Almoxarifado da Empresa...”;*
    - *“compor e secretariar Comissão de Tomada de Contas Especial...”*

*16. De toda forma, a determinação da Corte de Contas não foi cumprida pela empresa. Ademais, os elementos informativos trazidos à colação não permitem, por si só, formar opinião sobre a desnecessidade da TCE ou mesmo a inexistência de responsabilização<sup>5</sup>. Ademais, a empresa arcou com despesas adicionais, fruto das custas processuais, bem como os encargos*

---

<sup>5</sup> Por exemplo, as designações noticiadas nos autos em que se deu as apurações, foram todas feitas por membros da Diretoria da Companhia.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*trabalhistas decorrentes dos desvios<sup>6</sup>, o que caracterizaria, minimamente, a ocorrência de prejuízo ao erário.*

*17. Tendo por base os atos de homologação de cálculos, pode-se afirmar que os prejuízos ao erário foram, respectivamente de:*

- Terracap 00111-00014654/2017-65 e Judicial 0784-68.2013.5.10.017:

- **R\$ 124.631,19<sup>7</sup>**, sendo: R\$21.685,59, FGTS; R\$ 80.252,42, INSS; R\$ 12.037,82, INSS SAT; R\$ 10.016,90, custas do processo; R\$ 638,46, custas art. 798;

- Processo Terracap 00111-00014651/2017-21 e Judicial 0693- 78.2013.5.10.016:

- **R\$ 205.954,46<sup>8</sup>**, sendo: R\$ 134.866,37, INSS; R\$ 39.111,19, INSS Terceiros; R\$ 13.486,73, INSS SAT; R\$ 17.851,71, custas do processo; R\$ 638,46, custas art. 798;

- Processo Terracap 00111-00016602/2017-23 e Judicial 0301- 56.2013.5.10.011:

- **R\$ 144.112,41<sup>9</sup>**, sendo, R\$22.274,14 FGTS; R\$ 69.840,81, INSS; R\$ 6.983,87, INSS SAT; R\$ 8.396,44, custas do processo; R\$ 638,46, custas art. 789; R\$ 35.978,69, “Diversos”.

*18. Assim sendo, cabe fixar novo prazo para que a empresa dê cumprimento aos termos da Decisão 3218/2018, item VI, “b”, 1.2, lembrando que a instauração das aludidas TCE foi originalmente determinada pela alínea “n”, item III da Decisão 3372/2017<sup>10</sup>.*

### **1.3 Item VI, “b”, “1.3”, da Decisão 3218/2018**

*19. No tocante a TCE requerida pelo item VI, “c” 1.3 da Decisão 3218/2018 – “ante as diferenças apontadas no item 2.4.1.2, alusivas à aquisição de vales alimentação/refeição”, esta foi autuada (00111-00007246/2018-38), e encontra-se em fase de*

<sup>6</sup> A parcela paga ao empregado em face da diferença de remuneração não caracterizaria prejuízo, posto que, em tese, foi fruto direto do trabalho prestado à Companhia, portanto retribuição pelo trabalho prestado.

<sup>7</sup> Foram desconsiderados: R\$ 427.378,61 referente a diferença salarial e R\$ 52.969,37 de IRPF devido pelo empregado (vide e-doc. 7DFCD4A0, pág. 1).

<sup>8</sup> Foram desconsiderados: R\$ 786.218,73, referente a diferença salarial e R\$ 106.366,85 de IRPF (vide edoc. 7DFCD4A0, pág. 2).

<sup>9</sup> Foram desconsiderados: R\$ 422.705,76, referente a diferença salarial e R\$ 18.678,95 de IRPF 7DFCD4A0, pág. 3/4).

<sup>10</sup> “n) instaure tomada de contas especial para apuração de responsabilidade e imputação de débito, em face das despesas resultantes de condenações judiciais em reclamações trabalhistas instauradas para avaliar desvio de função de empregados, objeto das seguintes Ações: 0784-68.2013.5.10.017, 06983- 78.2013.5.10.016 e 0301-56.2013.5.10.011 (vide item 2.3.1.9 do Relatório de Auditoria)”



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*apuração. Referida TCE é objeto do Processo TCDF 14662/2019, autuado pela SECONT, pelo que se tem por despiciendo seu acompanhamento futuro, por meio destes autos.*

### **1.4 Inciso VI, alínea “b”, item 2 da Decisão 3218/2018**

*20. Sobre o determinado na parte final do item III, alínea “a”, da Decisão 2073/2019, qual seja a remessa do “...relatório conclusivo do processo instaurado em atendimento ao inciso VI, alínea “b”, item 2 da mesma decisão (0011100014921/2017- 02), tendo em conta o aparente conflito de interesses na lide de que se trata”, a empresa enviou o requerido, que pode ser visto nas páginas 94/96 do e-doc 5F1B56CB.*

*21. A empresa esclareceu<sup>11</sup> que instaurou o processo 00111-00014921/2017- 02, e que, pelos motivos a seguir transcritos, foi arquivado sem imputação de responsabilidade:*

*Após instrução processual, esta Divisão de Corregedoria emitiu Despacho nº 9276376, no qual opinou pelo arquivamento em razão de não ter sido evidenciada conduta comissiva ou omissiva capaz de ensejar a aplicação de sanção disciplinar, sem prejuízo de nova análise caso surjam fatos novos. A Presidência desta empresa corroborou com o entendimento da DICOR, uma vez que, considerando o mérito da questão, a ausência de prejuízo a Terracap, bem como a ausência de nexo de causalidade determinante entre o mérito da ação e a decretação de revelia, não há que se falar em conduta passível de punição administrativa (11131770).*

*22. A conclusão alcançada pela Controladoria Interna, responsável pela apuração, pelo arquivamento do feito deveu-se “... não ter sido evidenciada conduta comissiva ou omissiva capaz de ensejar a aplicação de sanção disciplinar, sem prejuízo de nova análise no caso de surgimento de fatos novos”.*

*23. O posicionamento em tela teve por supedâneo os seguintes pressupostos:*

- “... a ausência de defesa técnica não foi determinante para a sentença ter sido proferida em desfavor dos interesses da Empresa. Isso porque a decisão de não submissão da Terracap ao teto remuneratório decorreu da fundamentação de existência de autonomia financeira e orçamentária em relação aos recursos do Distrito Federal”;*
- “...os efeitos da revelia ficaram restritos à matéria fática, enquanto a decisão judicial foi consubstanciada na incontestável independência financeira da Empresa em relação aos recursos distritais, não interferindo assim, no*

---

<sup>11</sup> Vide página 34, do e-doc 5F1B56CB.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*mérito da demanda”;*

- *“...a direção da Terracap não foi comunicada a tempo de constituir advogado, pois a PGDF, até então destacada para a realização de defesa técnica, não efetuou comunicação em período suficiente para possibilitar a adoção das providências necessárias de modo a permitir a nomeação/contratação de advogado;*
- *“...da análise da arguição oral feita na audiência, verifica-se que houve comparecimento do advogado Carlos Henrique Ferreira Alencar, que se fez presente institucionalmente para acompanhar o preposto”.*
- *“... a responsabilidade parece ser da PGDF, que não expediu comunicação formal em tempo necessário para a Terracap adotar os trâmites legais e evitar a decretação da revelia”.*

24. *Sobre os pressupostos acima, notadamente no que se refere a “... incontestável independência financeira da empresa...” e que teria fundamentado a decisão em desfavor da Terracap, cabe registrar o que consta da Sentença prolatada em 1ª Instância:*

*A Companhia Imobiliária de Brasília foi revel e confessa. Neste passo tenho por verdade processual a alegação de inexistência de transferência para custeio da TERRACAP.*

*O Distrito Federal também reconhece que a TERRACAP não recebe recursos do DF mas afirma que estaria sujeita sim ao teto remuneratório: “ainda que não recebam recursos do Distrito Federal para pagamento de despesas de pessoal ou custeio em geral”, estaria a 1ª reclamada obrigada a observância do teto constitucional.*

*Destaco que contraditória a alegação do DF de que existe uma autonomia financeira da Terracap mas não existe uma independência econômica. A autonomia financeira existe pela afirmação de que não recebe recursos para custeio.*

*Tampouco prevalece a tese do Distrito Federal de que os benefícios da atividade pública geram a observância de teto remuneratório. Como dito, em razão da revelia e confissão e também pelo Distrito Federal, é inevitável concluir que há autonomia financeira da demandada TERRACAP, e que tal demandada não recebe, a qualquer título, transferência de custeio para si vinda dos cofres do Distrito Federal.*

*Vale lembrar que o precedente citado acima não faz referência a norma infraconstitucional que fixa teto remuneratório. Assim, a criação de norma infraconstitucional determinando a observância de teto salarial, não obstaculizaria a possibilidade de vedação ao teto*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

remuneratório.

Neste passo, não se submete a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, ao teto remuneratório previsto na Constituição Federal. (grifou-se)

25. Como se observa, a conclusão alcançada pelo Juiz de 1º Grau teve por supedâneo, simultaneamente, a “revelia e confissão” da Terracap e o reconhecimento do GDF, representado pela PGDF, de que a empresa não recebia recursos do orçamento para pagamento de pessoal ou custeio em geral.

26. Desta feita, não se pode, de fato, imputar a perda da ação, exclusivamente a ausência da Terracap na lide, notadamente quando o GDF, por meio da PGDF, se fez representar na condição assistente litisconsorcial passivo, e não logrou êxito em convencer o magistrado acerca da existência de dependência da empresa para com o GDF.

27. Desta feita, entende-se inexistir, no presente caso, a relação direta de causa e efeito que justifique a imputação de responsabilidade à Administração da Terracap, vez que o resultado da causa, de fato, não teve origem **exclusivamente** no fato de a empresa ter se feito presente, por meio de seus advogados, na ação judicial em comento, pelo que se conclui suficientes as medidas adotadas pela Terracap e regular o arquivamento do feito sem responsabilização.

### **2 Alínea “b” da Decisão 2073/2019**

28. No que se refere ao reenquadramento do empregado matrícula 2444, objeto da alínea “b” da Decisão 2073/2019, a empresa informou<sup>12</sup> que o reenquadramento foi realizado em março do corrente ano, oportunidade em que se apurou os valores devidos pelo empregado, conforme registrado no Processo 111.000.266/2014.

29. No que tange a reposição aos cofres da empresa dos valores pagos a maior ao empregado antes identificado, a Terracap apurou o débito de R\$ 86.347,35, correspondente a diferença entre a remuneração paga e a devida entre set/2017 e fev/2019, tal como requerido no item I da Decisão 4118/2018<sup>13</sup>, a considerar o fato de o empregado ter tomado ciência da Decisão nº 3372/2017 em setembro/2017.

30. O ressarcimento em tela vem sendo processado mediante desconto em folha, com início em março/2019, tendo a empresa já

<sup>12</sup> Vide páginas 2 e 8 a 31 do e-doc 5F1B56CB.

<sup>13</sup> I – dar parcial provimento ao recurso interposto pelo Sr. Gírleno Marcelino da Rocha (Matrícula Terracap nº 2444-9), de modo a dispensá-lo do ressarcimento das quantias indevidamente percebidas a título de reenquadramento na Tabela Especial para os Advogados integrantes da Tabela Permanente de Empregos da Terracap, até a data do seu conhecimento da Decisão nº 3372/17, exarada no Processo nº 11937/16;





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*descontado a importância de R\$ 25.156,35, até jul/2019.*

*31. Desta feita tem-se por adequadas, até a presente data, as providências adotadas pela Terracap.*

### **3 Alínea “c” da Decisão 2073/2019**

*32. Quanto ao cumprimento do item “c” da Decisão 2073/2019, “apresente, em relação aos empregados de matrícula 853 e 521-5, documentação pertinente à transposição de carreira de nível médio para nível superior”, a Terracap se limitou a enviar cópia das Portarias 115/88-PRESI e 133/88-PRESI, alusivas, respectivamente, à transposição do empregado de matrícula 853-2, de Assistente Administrativo para Economista, Código LTNS-714, Nível 46, da TEP e de Economista LTNS-714, Nível 46 para Nível 64 da TEP; e 029/88-PRESI e 044/88-PRESI, alusivas, respectivamente, à transposição do empregado de matrícula 521-5 de Auxiliar de Administração para Avaliador de Imóvel, Código LTNS-745, Nível 46 da TEP e de Avaliador de Imóvel, LTNS745, Nível 46 para Nível 61 da TEP.*

*33. Ao não apresentar em sua completude a documentação pertinente às citadas transposições e posteriores reposicionamentos, restou inviabilizada a análise de mérito acerca dos procedimentos adotados, à época, pela Companhia.*

*34. Todavia, cabe relevo notar que a prática se deu anteriormente à vigência da atual Constituição Federal, consoante se observa nas datas dos atos das transposições e reposicionamentos, respectivamente, 27/05/1988 e 14/06/1988 – empregado matrícula 853-2; 19/01/1988 e 28/01/1988 – empregado matrícula 521-5, ou seja na vigência da Constituição de 1967, que não previa a obrigatoriedade do concurso público para acesso ao emprego público nas estatais, conforme reconheceu o STF no MS 21.322/DF, assim ementado:*

*EMENTA: CARGOS e EMPREGOS PUBLICOS. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, INDIRETA e FUNDACIONAL. ACESSIBILIDADE. CONCURSO PÚBLICO. A acessibilidade aos cargos públicos a todos os brasileiros, nos termos da Lei e mediante concurso público e princípio constitucional explícito, desde 1934, art. 168. Embora cronicamente sofismado, merce de expedientes destinados a iludir a regra, não só foi reafirmado pela Constituição, como ampliado, para alcançar os empregos públicos, art. 37, I e II. Pela vigente ordem constitucional, em regra, o acesso aos empregos públicos opera-se mediante concurso público, que pode não ser de igual conteúdo, mas há de ser público. As autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista estão sujeitas a regra, que envolve a administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

*Federal e dos Municípios. Sociedade de economia mista destinada a explorar atividade econômica está igualmente sujeita a esse princípio, que não colide com o exposto no art. 173, PAR. 1. Exceções ao princípio, se existem, estão na própria Constituição. (MS 21322, Relator(a): Min. PAULO BROSSARD, Tribunal Pleno, julgado em 03/12/1992, DJ 23-04-1993 PP-06921 EMENT VOL-01700- 04 PP-00593 RTJ VOL-00146-01 PP-00139) (grifou-se)*

35. Ainda sobre as transposições/reposicionamentos em tela, cabe apontar que a Súmula 82 do TCDF preconiza que “As transposições realizadas até 23.04.93, data da publicação do Acórdão proferido pelo STF na ADIN nº 837-4, são passíveis de registro, ressalvadas as que estejam sub judice”.

36. Assim tem-se por desnecessários maiores esclarecimentos acerca do tema.

**4 Cumprimento Decisão 3372/2017 pela SES**

37. Por fim, dando continuidade ao atendimento da Decisão 3372/2017<sup>14</sup>, itens VII e VIII, a Secretaria de Estado de Saúde do DF enviou Ofício SEI-GDF nº 1361/2019 – SES/GAB (335E4B2C), datado de 30.04.2019, informando as providências até então adotadas em face do apontado nos itens acima referidos:

Mat. Servidor	Benefício Duplicidade em	Providência
14421763	Aux. Alimentação	Devolveu aos cofres da FSDF a importância de R\$ 4.734,00
14421763	Aux. Creche	Devolveu aos cofres da SES/DF a importância de R\$ 641,25 <sup>15</sup>
01475002	Aux. Creche (via cônjuge)	Processo de apuração enviado para ciência da servidora e elaboração de cálculos
01358316	Aux. Creche (via cônjuge)	Processo enviado para cobrança dos valores junto a herdeiros
0140766X	Aux. Creche (via cônjuge)	Processo de apuração enviado para ciência da servidora e elaboração de cálculos

15

38. Como visto, no que tange ao servidor de matrícula 14421763 o ressarcimento devido foi concluído, ainda que sem atualização monetária, o que pode ser relevado. Desta feita pugna-se por que a Corte tenha por quitado o débito apontado pelo Tribunal.

39. Os demais casos pendem de desfecho, na medida em que o erário não foi recomposto, devendo a SES dar continuidade aos procedimentos de ressarcimento, cuja efetividade poderá ser constatada em futura auditoria.”

17. Concluindo, a Unidade Técnica sugere ao Tribunal:

“I. tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 211/2019 – TERRACAP/COINT/DIGER (5F1B56CB) e Ofício SEI-GDF nº

<sup>14</sup> A Decisão 3218/2018, alínea II, “b”, deu por cumprida a determinação constante do item XI da Decisão 3272/2017.

<sup>15</sup> Referente ao valor pago, R\$ 855,00 deduzido da cota parte de R\$ 213,75.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

1361/2019 – SES/GAB (335E4B2C);

*II. considerar, em relação ao item III da Decisão 2073/2019, parcialmente cumprido o contido na alínea “a” - no que tange aos temas objetos do subitens “1.1”, “1.3” e “2”, item VI, “b”, da Decisão 3218/2018 –, cumprido o requerido na alínea “b” e parcialmente cumprida a providência determinada na alínea “c”;*

*III. considerar não atendido o determinado no item III, alínea “a” da Decisão 2073/2019, dada a não instauração da TCE determinada pelo item VI, “b”, “1.2” da Decisão 3218/2018, fixando prazo de 30 dias para que a empresa, adote as providências ali elencadas, ante a possibilidade da aplicação da multa prevista no art. 57, IV, da LC nº 01/1994, tendo em conta, inclusive, o fato de que a instauração em tela foi originalmente determinada pela Decisão 3372/2017, consoante item III, alínea “n”;*

*IV. considerar o Servidor da SES matrícula 14421763, quite com erário, no que tange ao decidido nos itens VII e VIII da Decisão 3372/2017;*

*V. dar conhecimento à SES de que a efetividade das providências em curso visando dar cumprimento ao contido no item VIII da decisão 3372/2017, no que tange aos servidores de matrícula 01475002, 01358316 e 0140766X será avaliada em futura auditoria;*

*VI. dê conhecimento à SECONT do Ofício SEI-GDF nº 211/2019 – TERRACAP/COINT/DIGER (5F1B56CB) e da presente Informação, tendo em vista as TCE instauradas pela Terracap, objeto dos Processos 14654/2019 e 14662/2019.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

18. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 763/2019-G3P (e-doc B76F542F-e), de 4.12.2019, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce à proposta do Corpo Técnico.

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

### VOTO

19. Nesta fase, analisam-se as manifestações apresentadas pelos órgãos jurisdicionados em face do **inciso III da Decisão nº 2.073/19-CPM** (e-doc 9940E657-e), que determinou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal –Terracap que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

*“a) informe o Tribunal sobre o resultado das tomadas de contas especiais instauradas em atenção ao inciso VI, alínea “b”, item 1, da Decisão nº 3.218/18, sem olvidar do que dispõe o art. 188, § 3º, do RI/TCDF, além de encaminhar à Corte, em igual prazo, o relatório conclusivo do processo instaurado em atendimento ao inciso VI, alínea “b”, item 2 da mesma decisão (0011100014921/2017-02), tendo em conta o aparente conflito de interesses na lide de que se trata;*

*b) proceda, em cumprimento ao inciso III, alínea “g”, da Decisão nº 3.372/17, combinado com o inciso I da Decisão nº 4.118/18, se ainda não o fez, ao reenquadramento do empregado matrícula 2.444 na tabela especial para advogados, levando em consideração exclusivamente, seu tempo de serviço como advogado e, por conseguinte, adote providências visando ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente após a data do conhecimento da referida Decisão nº 3.372/17;*

*c) apresente, em relação aos empregados de matrícula 853 e 521-5, documentação pertinente à transposição de carreira de nível médio para nível superior (aqui referida qualquer alteração de carreira que não tenha decorrido da admissão por concurso público), ou se for o caso, declaração de que tal situação não teria ocorrido;”*

20. O Corpo Técnico, com aquiescência do **Parquet** especializado, conclui pelo cumprimento parcial da Decisão nº 2.073/19-CPM e, assim, sugere que se reitere à Terracap as diligências pendentes, cujo atendimento será verificado em futura auditoria deste Tribunal.

21. Passa-se à apreciação.

22. No que tange à **alínea “a” do inciso III da Decisão nº 2.073/19-CPM**, a Terracap informou que foram instauradas duas TCE e três “*procedimentos preliminares*”, bem como encaminhou ao Tribunal o Relatório requerido, conforme exposto às fls. 94/96 do e-doc 5F1B56CB-c.

23. Quanto à TCE requerida pela Decisão nº 3.218/18, inciso VI, “b”, 1.1, visando à apuração de responsabilidades e imputação de débito pelos “**pagamentos amparados exclusivamente na Decisão nº 24/11 do CONAD, dada a incompetência do colegiado para regulamentar a**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

**remuneração dos Diretores da Companhia**”, verifica-se que o procedimento foi instaurado no bojo do Processo nº 00111-00007426/2018-10. Referida TCE foi encaminhada à CGDF, com proposta de arquivamento, para emissão do Relatório de Auditoria e do Certificado de Auditoria, conforme preceituam os incisos XIV e XV do art. 32 da Resolução nº 102/98-TCDF. No TCDF, a matéria é objeto do **Processo nº 14.654/19**, autuado pela SECONT, dispensando, portanto, a verificação do seu resultado em futura auditoria.

24. Em relação à TCE requerida pela Decisão nº 3.218/18, inciso VI, “b”, 1.2, a fim de apurar as responsabilidades e imputar débito **“em face das despesas resultantes de condenações judiciais em reclamações trabalhistas instauradas para avaliar desvio de função de empregados objeto das seguintes ações: 0784-68.2013.5.10.017, 0693-78.2013.5.10.016 e 0301- 56.2013.5.10.011”**, a jurisdicionada informou ter aberto os procedimentos preliminares nºs 00111-00014654/2017-65, 00111-00014651/2017-21 e 00111-00016602/2017-23 para apuração dos fatos.

25. Todavia, a Unidade Instrutiva aponta que as peças produzidas pelo Chefe da Divisão de Corregedoria da Terracap e trazidas ao conhecimento da Corte de Contas, constituem, a teor de seus conteúdos, em **“SÍNTESE PROCESSUAL”**, não contendo avaliações suficientemente detalhadas quanto ao mérito, o que impossibilita a conclusão pela inexistência de prejuízo ou de responsabilidade.

26. Considerando que os esclarecimentos trazidos pela jurisdicionada não permitem, por si só, formar opinião sobre a desnecessidade da instauração de TCE, tem-se que a determinação desta Corte não foi cumprida, sendo **cabível a reiteração**. Conforme proposto pela Instrução, as medidas adotadas serão objeto de avaliação em futuras averiguações, sem prejuízo do dever de remeter ao Tribunal os relatórios conclusivos dos procedimentos apuratórios deflagrados.

27. Acerca da TCE requerida pela Decisão nº 3.218/18, inciso VI, “c”, 1.3 – **“ante as diferenças apontadas no item 2.4.1.2, alusivas à aquisição de vales alimentação/refeição”**, informou-se a autuação do Processo nº 00111-00007246/2018-38. No TCDF, a referida TCE é objeto do **Processo nº 14.662/19**, autuado pela SECONT. Assim, despidendo o acompanhamento do seu resultado em futura auditoria deste Tribunal.

28. No tocante à **alínea “b” do inciso III da Decisão nº 2.073/19-CPM<sup>4</sup>**, a Terracap informou que o reenquadramento do empregado de

---

<sup>4</sup> “(...) proceda, em cumprimento ao inciso III, alínea “g”, da Decisão nº 3.372/17, combinado com o inciso I da Decisão nº 4.118/18, se ainda não o fez, ao reenquadramento do empregado matrícula 2.444 na tabela especial para advogados, levando em consideração exclusivamente, seu tempo de serviço como advogado e, por conseguinte, adote providências





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

matrícula nº 2444 foi realizado em março de 2019, oportunidade em que a jurisdicionada apurou os valores devidos pelo empregado (Processo nº 111.000.266/2014). O ressarcimento do valor calculado vem sendo processado mediante desconto em folha, com início em março de 2019, tendo sido descontada até julho de 2019 a importância de R\$ 25.156,35. Nesse sentido, tem-se por adequadas as providências adotadas pela Terracap até o momento.

29. Acerca da **alínea “c” do inciso III da Decisão nº 2.073/19-CPM<sup>5</sup>**, a entidade não apresentou em sua completude a documentação pertinente às transposições dos empregados de matrículas nºs 853 e 521-5, e seus posteriores reposicionamentos, inviabilizando, assim, a análise de mérito das medidas adotadas pela Companhia à época.

30. Contudo, considerando que a prática é anterior à vigência da CF/88, consoante se observa nas datas dos atos das transposições e reposicionamentos <sup>6</sup>, e tendo em conta que a CF/67 não previa a obrigatoriedade do concurso público para acesso a emprego público nas estatais, tem-se por desnecessários maiores esclarecimentos acerca do tema, em face do que dispõe a Súmula TCDF nº 82<sup>7</sup>.

31. Por fim, visto que a SES/DF encaminhou ao Tribunal o Ofício SEI-GDF nº 1361/2019 – SES/GAB (e-doc 335E4B2C-c), informando sobre as apurações efetuadas e em andamento decorrentes dos desdobramentos das determinações contidas nos incisos VI e VIII da Decisão nº 3.372/17-CPM, não vejo óbice ao conhecimento dos fatos pelo Tribunal, sem prejuízo da verificação dos resultados alcançados em futura auditoria, uma vez que alguns casos ainda pendem de desfecho.

Ante o exposto, de acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

---

*visando ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente após a data do conhecimento da referida Decisão nº 3.372/17”*

<sup>5</sup> “(...) *apresente, em relação aos empregados de matrícula 853 e 521-5, documentação pertinente à transposição de carreira de nível médio para nível superior (aqui referida qualquer alteração de carreira que não tenha decorrido da admissão por concurso público), ou se for o caso, declaração de que tal situação não teria ocorrido.*”

<sup>6</sup> Empregado de matrícula nº 853-2, respectivamente: 27.5.88 e 14.6.88. Empregado de matrícula nº 521-5, respectivamente: 19.1.88 e 28.1.88

<sup>7</sup> TCDF - SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA - ENUNCIADO 82: “*As transposições realizadas até 23.04.93, data da publicação do Acórdão proferido pelo STF na ADIN Nº 837-4, são passíveis de registro, ressalvadas as que estejam sub judice.*” (Sessão Ordinária nº 3.407, de 13.4.99. DODF de 4.5.99, p. 15).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

a) do Ofício SEI-GDF nº 211/2019 –  
TERRACAP/COINT/DIGER (e-doc 5F1B56CB-c); e

b) do Ofício SEI-GDF nº 1361/2019 – SES/GAB (e-doc  
335E4B2C-c)

II. considere:

a) quanto ao inciso III da Decisão nº 2.073/19:

1. cumprida a determinação contida na alínea “b”;

2. parcialmente cumpridas as determinações contidas na alínea “a”, haja vista a insuficiência dos esclarecimentos prestados para justificar a não instauração da TCE determinada no inciso VI, “b”, “1.2”, da Decisão nº 3.218/18;

3. parcialmente cumprida a determinação contida na alínea “c”, em face da incompletude da documentação encaminhada pela jurisdicionada.

b) quite com erário o servidor da SES de matrícula nº 14421763, quanto ao ressarcimento de que trata o inciso VIII da Decisão nº 3.372/17;

c) despicienda a apresentação de maiores esclarecimentos acerca da alínea “c” do inciso III da Decisão nº 2.073/19, tendo em conta o enunciado da Súmula 82 – TCDF.

II. reitere à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal –Terracap a determinação contida no inciso VI, “b”, “1.2” da Decisão nº 3.218/18, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para que a jurisdicionada informe ao Tribunal as medidas adotadas quanto à instauração da TCE, em face das despesas decorrentes das condenações judiciais em reclamações trabalhistas por desvio de função de empregados nas ações de nºs 0784-68.2013.5.10.017, 06983-78.2013.5.10.016 e 0301-56.2013.5.10.011;

III. alerte a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal –Terracap quanto à possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A9/S1

Proc.: 11.937/16-e

em caso de descumprimento injustificado do inciso anterior, tendo em conta que a TCE em tela teve sua instauração originalmente determinada pela Decisão nº 3.372/17, inciso III, alínea “n”, reiterada em duas oportunidades (Decisão nº 3.218/18, inciso VI, alínea “b”, item 1.2, e Decisão nº 2.073/19, inciso III, alínea “a”);

IV. dê conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 211/2019 – TERRACAP/COINT/DIGER (5F1B56CB) à SECONT, tendo em conta as TCE instauradas pela Terracap, objeto dos Processos TCDF nºs 14.654/19 e 14.662/19.

V. autorize:

a) a avaliação em futuras auditorias da efetividade das providências noticiadas:

1. pela Terracap em atendimento à alínea “a” do inciso III da Decisão nº 2.073/19, no que toca à instauração da TCE de que trata o inciso VI, “b”, “1.2”, da Decisão nº 3.218/18;

2. pela SES/DF em atendimento ao inciso VIII da Decisão nº 3.372/17, no que tange aos servidores de matrícula 01475002, 01358316 e 0140766X;

b) o envio de cópia da decisão que vier a ser adotada pelo Tribunal à Terracap e à SES/DF;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para adoção das devidas providências.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2020.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição antecipada.